

PROVA OBJETIVA

JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

1) Segundo a Lei nº 10.259/2001, podem estar em juízo no polo ativo de ações que tramitam nos Juizados Especiais Federais, **EXCETO**:

- A) Pessoas físicas.
- B) Microempresas.
- C) Empresas de pequeno porte.
- D) Autarquias federais.

2) Assinale a alternativa correta. De acordo com a Lei nº 10.259/2001, no âmbito dos Juizados Especiais Federais:

- A) A sentença proferida contra a União, autarquias federais e fundações federais está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pela Turma Recursal.
- B) As pessoas jurídicas de direito público têm prazo em dobro para recorrer.
- C) O recurso inominado deve ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias.
- D) A entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, podendo inclusive ser favorável ao interesse da parte autora.

3) Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas, **EXCETO**:

- A) Que tratem de ações de mandado de segurança, populares, execuções fiscais e improbidade administrativa.
- B) Que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- C) Para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de lançamento fiscal.
- D) Sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.

4) Marque a alternativa **INCORRETA**:

- A) As Turmas Recursais serão instituídas por decisão do Tribunal Regional Federal, que definirá sua composição e área de competência, sendo vedado que esta abranja mais de uma seção.
- B) O exercício da função de conciliador dos Juizados Especiais Federais será gratuito, assegurados os direitos e prerrogativas do jurado.
- C) As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.
- D) Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, ficam autorizadas a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais.

5) Assinale a alternativa correta. De acordo com a lei de regência dos Juizados Especiais Federais, tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão condenatória, o pagamento será efetuado, considerando-se:

- A) A possibilidade de fracionamento do crédito exequendo a fim de permitir que parte do pagamento se faça mediante Requisição de Pequeno Valor – RPV e a outra parte mediante precatório.
- B) Que os valores a serem executados no âmbito dos Juizados Especiais Federais Cíveis serão pagos independentemente de precatório, e sempre terão como limite máximo o mesmo valor estabelecido para a competência do Juizado Especial Federal Cível, ou seja, 60 (sessenta) salários-mínimos.
- C) Que se o valor da execução ultrapassar o valor de 60 (sessenta) salários-mínimos, o pagamento será feito, sempre, por meio do precatório, sendo permitida à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, mediante requisição da autoridade judicial.
- D) Que, desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará a penhora dos bens suficientes ao cumprimento da decisão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

6) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo que a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame. Neste último caso, não sendo requerido pelas partes, mas determinado o exame pericial de ofício pelo juiz, a remuneração do perito será paga pela parte autora.
- B) Se o processo terminar por desistência ou reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão divididos igualmente entre as partes.
- C) O réu que, por não arguir na sua resposta fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, dilatar o julgamento da lide, será condenado nas custas a partir do saneamento do processo, mas não perderá, ainda que vencedor na causa, o direito a haver do vencido honorários advocatício.
- D) A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Mas esta verba honorária não será devida nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

PROVA OBJETIVA

7) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Ocorrendo a morte de qualquer das partes, como regra, compete ao juiz determinar a suspensão do feito a fim de que se permita a substituição do morto pelo seu espólio ou pelos seus sucessores.
- B) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, permite que o adquirente ou o cessionário ingresse em juízo, substituindo o alienante, ou o cedente, na relação processual, mesmo sem o consentimento da parte contrária.
- C) A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive para transigir, desistir, receber e dar quitação.
- D) Pode o advogado, em nome da parte, mesmo sem instrumento de mandato, intentar ação, a fim de evitar decadência ou prescrição, bem como intervir, no processo, para praticar atos reputados urgentes. Nestes casos, o advogado se obrigará, independentemente de caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

8) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Os motivos de impedimento e de suspeição aplicável aos juízes estendem-se, no que for compatível, aos serventuários da justiça, peritos e intérpretes.
- B) É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário, o qual tenha como parte seu amigo íntimo ou inimigo capital, caracterizando impedimento.
- C) Caberá ao juiz, a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias, sendo-lhe vedado determinar a produção de provas de ofício.
- D) É permitido que o juiz prolator de decisão em 1º grau, participe, como juiz convocado, de turma que julgará o recurso interposto contra a sentença proferida naquele mesmo processo no qual decidiu.

9) Assinale a alternativa correta. De acordo com a lei, no que concerne à citação:

- A) Ela constitui em mora o devedor, salvo quando ordenada por juiz incompetente.
- B) Ela interrompe a prescrição, sendo que esta interrupção retroage à data da propositura da ação.
- C) O comparecimento espontâneo do réu não supre sua falta.
- D) Sua falta ou nulidade não podem ser conhecidas de ofício pelo juiz.

10) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Admite-se em ações de natureza previdenciária que a citação do incapaz seja feita pelo correio.
- B) A citação com hora certa deverá ser realizada pelo oficial de justiça quando inacessível o lugar em que se encontrar o réu.
- C) A citação poderá ser feita pelo correio quando o réu for pessoa jurídica de direito público.
- D) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento de direito, a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.

11) Assinale a alternativa correta. A lei permite a concessão de antecipação dos efeitos da tutela quando:

- A) Ocorrerem indícios da existência de possível direito da parte autora.
- B) Tiver o juiz por objetivo resguardar o resultado útil do processo.
- C) For hipótese de julgamento antecipado da lide.
- D) Havendo prova inequívoca, se convença o juiz da verossimilhança da alegação e fique caracterizado o abuso de direito de defesa.

12) Assinale a alternativa **incorreta**. No procedimento ordinário, depois de apresentado o rol de testemunhas, a parte só pode substituí-las se ela:

- A) Falecer.
- B) Por enfermidade, não estiver em condições de depor.
- C) Na audiência demonstrar não ter conhecimento sobre os fatos tratados no processo.
- D) Tendo mudado de residência, não for encontrada pelo oficial de justiça.

13) Considere as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.

São títulos executivos judiciais:

- I - A sentença penal condenatória transitada em julgado.
- II - A sentença arbitral.
- III - A sentença estrangeira, homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- IV - O formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.

- A) Há apenas 1 proposição correta.
- B) Há 2 proposições corretas.
- C) Há 3 proposições corretas.
- D) Todas as proposições estão corretas.

PROVA OBJETIVA

14) Assinale a alternativa correta. O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, contestar o pedido, no prazo de:

- A) 5 (cinco) dias.
- B) 10 (dez) dias.
- C) 15 (quinze) dias.
- D) 30 (trinta) dias.

DIREITO CONSTITUCIONAL

15) A Justiça Federal é competente para julgar:

- A) As causas de acidente de trabalho.
- B) Ações de falência.
- C) Os crimes contra a organização do trabalho.
- D) Ações de divórcio envolvendo servidores públicos federais.

16) NÃO é fundamento da República Federativa do Brasil:

- A) Pluralismo político.
- B) A proibição de participação em toda e qualquer guerra.
- C) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- D) Cidadania.

17) Sobre o Supremo Tribunal Federal é CORRETO afirmar que:

- A) Os seus membros são indicados pelo Senado Federal e, na seqüência, tal escolha é aprovada pelo Presidente da República.
- B) A sua jurisprudência permitiu a realização de aborto de fetos anencefálicos, deixando de considerar a conduta criminosa à luz do Código Penal.
- C) É competente para julgar ações penais movidas contra Governadores de Estado.
- D) É incompetente para julgar os processos de extradição.

18) É CORRETO afirmar que:

- A) A Constituição é um documento de sentido imutável, perpassando as gerações para garantir a estabilidade social.
- B) A Constituição brasileira assegura a educação superior aos estrangeiros residentes no Brasil, impondo que o Estado promova a respectiva matrícula do indivíduo, ainda que em instituição de ensino da rede particular.
- C) O Poder Executivo tem a última palavra na atribuição de significado à Constituição.
- D) A Constituição é um documento que muda ao longo do tempo, através de processos formais, tais como as emendas à constituição, ou informais, a exemplo da mutação constitucional.

19) Sobre direitos fundamentais é CORRETO afirmar que:

- A) Um turista que está no Brasil há duas semanas, caso seja atropelado, não possui direito a atendimento pelo SUS (Sistema Único de Saúde).
- B) Em caso de crimes hediondos, a interceptação telefônica pode ser realizada pela Polícia Federal, independentemente de comunicação ao Poder Judiciário.
- C) Não é garantido o direito ao silêncio, *nemo tenetur se detegere*, nas comissões parlamentares de inquérito.
- D) É possível o ingresso no domicílio de alguém, em período diurno ou noturno, em caso de ocorrência de flagrante delito.

20) É CORRETO afirmar que:

- A) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- B) É admissível a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- C) Em nenhuma circunstância, o direito brasileiro admite a pena de morte.
- D) O civilmente identificado usualmente é submetido à identificação criminal, salvo as hipóteses previstas em lei.

21) A Constituição Federal de 1988:

- A) Foi outorgada por ato da Assembléia Constituinte, como reação ao regime ditatorial que a precedeu.
- B) Confere aos Estados a competência para legislar sobre telecomunicações.
- C) Institui a tributação, pelo imposto de renda de pessoa jurídica, dos dízimos pagos às igrejas.
- D) Admite a intervenção da União nos Estados para garantir a integridade nacional.

22) Segundo a Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

- A) A administração pública é regida pelo princípio da impessoalidade, que impõe a veiculação de atos na imprensa oficial.
- B) Não se admite que os Tribunais Regionais Federais instalem justiça itinerante para realização de atos processuais e audiências.
- C) O Conselho Nacional de Justiça, enquanto órgão de controle do Poder Judiciário, pela redação da emenda constitucional nº 45/2004 integra a estrutura do Poder Executivo.
- D) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

PROVA OBJETIVA

23) **NÃO** é direito social garantido pela Constituição Federal:

- A) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- B) Assistência médica e odontológica no local de trabalho.
- C) Aposentadoria.
- D) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

24) Sobre a responsabilidade civil do Estado é **CORRETO** afirmar que:

- A) A Constituição Federal adota a teoria civilista da culpa acerca do tema.
- B) É objetiva a responsabilidade das empresas concessionárias de serviço público que causem danos a terceiros usuários do serviço.
- C) O Estado responde mesmo em situação de caso fortuito ou força maior, pois o prejuízo de uma conduta sempre deve ser socializado entre todos os cidadãos.
- D) A administração pública não pode demandar o servidor para que, em regresso, arque com a reparação de dano causado por ele dolosamente no exercício de suas funções.

25) Acerca dos atos administrativos é **CORRETO** afirmar que:

- A) A revogação de atos administrativos tem lugar quando se detecta vício de legalidade na sua edição.
- B) A licença é ato administrativo discricionário.
- C) A administração deve intimar o administrado, garantindo-lhe direito de defesa, quando for anular atos que lhe geraram efeitos favoráveis.
- D) A anulação de ato administrativo, considerando o princípio da autotutela da administração e que não pode persistir situação de ilegalidade, não se sujeita a prazo decadencial ou prescricional.

26) A administração pública pode se organizar de variadas formas, constituindo órgãos, delegando atribuições a particulares ou criando pessoas jurídicas para tanto. Sobre o assunto **PODE-SE AFIRMAR** que:

- A) Ao criar órgãos, a administração pública pratica o fenômeno da descentralização, especializando-se sem instituir novas pessoas jurídicas para tanto.
- B) A desconcentração é a distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica, através da criação de órgãos.
- C) A Petrobrás é sociedade de economia mista constituída em parte por capital da União e, portanto, os processos em que é parte têm sua competência deslocada para a Justiça Federal.
- D) As autarquias podem ser criadas através de decretos, viabilizando a maior celeridade na especialização da atividade da administração pública.

27) Acerca dos princípios constitucionais da administração pública, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Emenda constitucional passou a vedar a prática de nepotismo na administração pública brasileira.
- B) O princípio da eficiência, estatuído desde a edição da Constituição de 1988, não tem aplicação na atividade administrativa do Poder Judiciário.
- C) O princípio da legalidade faz com que os decretos, portarias e atos administrativos regulamentares consistam em mera reprodução do texto da lei, apenas reforçando seus aspectos principais.
- D) A ação popular é um instrumento que promove a tutela jurisdicional da moralidade administrativa.

28) É **CORRETO** afirmar que:

- A) Segundo a teoria dos motivos determinantes, quando a administração indica os motivos que levaram a praticar o ato, este somente será válido se os motivos forem verdadeiros.
- B) A tipicidade não é atributo do ato administrativo.
- C) Imperatividade é o atributo do ato administrativo por força do qual presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela administração.
- D) Atos complexos são aqueles que resultam da manifestação de um mesmo órgão, porém se referem a processos que apuram infrações e irregularidades praticadas por servidores contra a administração pública.

29) Sobre o controle da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) A coisa julgada administrativa não equivale à judicial, significando apenas a preclusão na esfera da própria administração, ou seja, a impossibilidade de revisão ou alteração administrativa do ato.
- B) Pedido de reconsideração é o meio de impugnação pelo qual o interessado requer o reexame do ato à própria autoridade que o emitiu.
- C) É cabível *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- D) Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela não cabe mandado de segurança ou medida judicial.

PROVA OBJETIVA

30) Sobre os poderes da administração pública, pode-se afirmar **CORRETAMENTE** que:

- A) O poder regulamentar admite a criação de órgãos com aumento de despesas, independentemente de lei, uma vez que a administração tem a prerrogativa de se organizar e gerir seu próprio orçamento.
- B) O poder de polícia da administração é dotado de auto-executoriedade, que é a possibilidade de que a administração, com seus próprios meios, pôr em execução as suas decisões, sem precisar previamente recorrer ao Poder Judiciário.
- C) O poder de polícia, quanto à possibilidade de a administração impor multas e penalidades, não se sujeita a nenhum tipo de prazo prescricional ou decadencial.
- D) O poder normativo da administração pública, via de regra, se manifesta através de regulamentos autônomos, que inovam a ordem jurídica.

31) O regime dos agentes públicos na Constituição Federal **PREVÊ** que:

- A) O teto da remuneração do serviço público equivale aos vencimentos percebidos pelo Presidente do Senado Federal.
- B) A aposentadoria compulsória de servidores públicos ocorre aos 75 (setenta e cinco anos).
- C) O prazo de validade de concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- D) Não pode ser preservado percentual de vagas de concurso público para pessoas portadoras de deficiência.

32) De acordo com a Lei nº. 4.717/65, **NÃO** é elemento do ato administrativo:

- A) Forma.
- B) Competência.
- C) Publicidade.
- D) Finalidade.

DIREITO PENAL

33) A legítima defesa é causa de:

- A) Exclusão da tipicidade.
- B) Exclusão da culpabilidade.
- C) Causa de diminuição de pena.
- D) Exclusão da ilicitude.

34) “Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”. O tipo penal descrito **REFERE-SE** à descrição do delito de:

- A) Peculato.
- B) Concussão.
- C) Corrupção Ativa.
- D) Corrupção Passiva.

35) Em relação a tentativa, desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior, assinale a opção **CORRETA**:

- A) Há desistência voluntária quando o agente, embora já realizado todo o processo de execução, impede a ocorrência do resultado.
- B) O arrependimento eficaz se configura quando o agente, no curso do *iter criminis*, podendo continuar com os atos de execução deixa de fazê-lo por desistir de praticar o crime.
- C) A tentativa ocorre quando, antes de iniciar a execução, o agente é impedido de levar adiante a idéia de praticar o delito por circunstâncias alheias a sua vontade.
- D) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza só responde pelos atos já praticados.

36) É **CORRETO** afirmar que o princípio da insignificância exclui a:

- A) Punibilidade.
- B) Ilicitude formal.
- C) Tipicidade material.
- D) Culpabilidade.

37) Segundo a teoria finalista, de Hans Welzel, **SÃO** elementos da culpabilidade:

- A) Imputabilidade, exigibilidade de conduta diversa e potencial consciência da ilicitude.
- B) Tipicidade, imputabilidade e inexigibilidade de conduta diversa.
- C) Potencial consciência da ilicitude, nexos causal e tipicidade.
- D) Imputabilidade, dolo, e tipicidade.

38) Acerca do concurso de pessoas, julgue as seguintes assertivas:

- I - Partícipe é aquele que, sem realizar a conduta descrita no tipo, concorre para sua realização.
- II - Pode ocorrer concurso de agentes em delito culposos.
- III - Para configuração do concurso de pessoas é dispensável o liame subjetivo.

Estão **CORRETAS**:

- A) I e II
- B) I e III
- C) II e III
- D) I, II e III

39) No que se refere ao tempo do crime, é **CORRETO** afirmar que o Código Penal Brasileiro adotou a teoria da:

- A) Ubiquidade.
- B) Atividade.
- C) Resultado.
- D) Ultratividade.

PROVA OBJETIVA

40) Quanto ao concurso de crimes, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Concurso formal ocorre quando o agente, com uma única conduta, causa dois ou mais resultados.
- B) No concurso material, previsto no art. 69 do Código Penal, a regra é a de que a aplicação das penas será cumulativa.
- C) O concurso formal imperfeito é aquele que resulta de um único desígnio do agente.
- D) Quanto à natureza jurídica do crime continuado, o Código Penal Brasileiro adotou a teoria da ficção jurídica.

41) São causas de extinção da punibilidade, **EXCETO**:

- A) Morte do agente.
- B) Anistia, graça ou indulto.
- C) Retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
- D) Doença incapacitante irreversível do agente.

PROCESSO PENAL

42) Sobre o inquérito policial, assinale a única opção **INCORRETA**:

- A) Nos crimes de ação pública o inquérito policial pode ser iniciado de ofício.
- B) Quando o inquérito policial se iniciar mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo, o requerimento conterà, sempre que possível, a narração do fato, com todas as circunstâncias; a individualização do indiciado ou seus sinais característicos e as razões de convicção ou de presunção de ser ele o autor da infração, ou os motivos de impossibilidade de fazer e a nomeação das testemunhas, com indicação de sua profissão e residência.
- C) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Tribunal.
- D) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

43) No tocante à denúncia, de acordo com o Código de Processo Penal, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Estando o réu preso, o prazo para seu oferecimento é de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial.
- B) Deverá, necessariamente, estar acompanhada de inquérito policial.
- C) Se o réu estiver solto ou afiançado, o prazo para seu oferecimento é de 15 dias.
- D) Deverá conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, e a qualificação do acusado, sendo indispensáveis a classificação do crime e o rol de testemunhas.

44) A respeito da ação penal privada subsidiária, é correto afirmar que o Ministério Público **NÃO** pode:

- A) Deixar de funcionar quando discordar dos termos da queixa.
- B) Repudiar a queixa e oferecer denúncia substitutiva.
- C) Retomar a ação como parte principal em caso de negligência do querelante.
- D) Fornecer elementos de prova.

45) São causas de suspeição judicial:

- I - Amizade íntima com o réu.
- II - Inimizade capital com o Ministério Público.
- III - Aconselhamento ao réu ou ao Ministério Público.

Está **CORRETO** o contido em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I, II e III.

46) **NÃO** é crime de competência da Justiça Federal:

- A) Moeda falsa.
- B) Descaminho.
- C) Pesca, mediante a utilização de petrechos proibidos, em rio de domínio da União.
- D) Crime praticado contra sociedade de economia mista.

47) A citação por precatória **DEVE** ser realizada:

- A) No juízo do lugar do crime.
- B) Com dia e hora marcada.
- C) Se o réu estiver no território de outra comarca.
- D) A requerimento do Ministério Público.

PROVA OBJETIVA

48) NÃO será concedido *Habeas Corpus*:

- A) Para evitar ameaça de violência ou coação ilegal.
- B) No caso de punição disciplinar.
- C) Quando o processo for manifestamente nulo.
- D) Quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei autoriza.

49) No que diz respeito à sentença, é INCORRETO afirmar que:

- A) Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.
- B) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- C) O juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor máximo para reparação dos danos causados pela infração, considerados os prejuízos sofridos pelo ofendido.
- D) O juiz, ao proferir sentença condenatória, decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção de prisão preventiva.

50) “Poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria”.

Tal enunciado contém os requisitos da:

- A) Prisão preventiva.
- B) Liberdade provisória sem fiança.
- C) Liberdade provisória com fiança.
- D) Prisão temporária.